

Calmon quer reaparelhar o Congresso

123

O Congresso Nacional não dispõe de quadros suficientes para analisar o Orçamento da União, adequá-lo às prioridades da Casa e fiscalizar a sua aplicação pelo Governo. A constatação é do senador João Calmon (PMDB/ES), que sentiu as dificuldades durante os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento e alertou ontem o Senado: "Sem reforçar o quadro, vamos continuar a reboque da Secretaria de Planejamento da Presidência da República".

Segundo o senador, a equipe atual é do mais alto nível, mas numericamente insuficiente para atender às exigências da nova Constituição. Na sua opinião, os assessores disponíveis são poucos não só para trabalhar na área do orçamento

anual, como também das novas leis eridas pela Constituinte: o Orçamento Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

João Calmon contou, em sua denúncia ao plenário do Senado, com o testemunho do senador João Lobo (PFL/PI), igualmente membro da Comissão Mista do Orçamento: "Ficamos inteiramente perdidos por falta de assessoria e de conhecimentos detalhados". Também o senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA) se queixou da falta de especialistas na área. Depois de observar que a média é de três assessores por senador, ele destacou que "ainda não atingimos nem a metade" dos senadores norte-americanos.

Contou o senador João Cal-

mon que, para apurar se a Constituição estava sendo cumprida na garantia de fixação de recursos mínimos para a educação de 18 por cento da receita de impostos da União, ficou na dependência do próprio Governo, embora a dúvida tivesse surgido exatamente após os vetos do Planalto ao orçamento proposto pelo Congresso.

"Não dispúnhamos de material humano suficiente, porque já estava assoberbado pela gigantesca tarefa de colaborar para o orçamento deste ano e foi necessário recorrer à Seplan, e só então fiquei tranquilo porque o total mínimo de 18 por cento foi superado, embora não de maneira espetacular mas, de qualquer forma, foi cumprido e excedido mo-

destamente", acrescentou.

O próprio senador João Calmon ressaltou, contudo, que em seus dois últimos relatórios, o Banco Mundial demonstra que de cada dólar destinado à educação no Nordeste, chegam às escolas apenas 50 centavos e, às vezes, 30. "O resto se perde, é desviado, é utilizado de maneira absolutamente inaceitável, ilegal e irregular".

"Nos programas sociais — emendou Jutahy Magalhães — a situação ainda é muito pior".

O senador baiano lembrou que o Congresso tem a obrigação de acompanhar a aplicação orçamentária e descobrir os desvios, além de fazer com que os recursos sejam bem aplicados.